



REVISTA TERCEIRO INCLUÍDO

ISSN 2237-079X

Transdisciplinaridade e Temas Contemporâneos

V. 12 - 2022

MOREIRA, Tiago Rodrigues; MARANDOLA JR., Eduardo
Qual(is) o(s) sentido(s) do(s) rural(is) contemporâneo(s)?
pp.25-38
DOI: 10.5216/teri.v12i1.74758

QUAL(IS) O(S) SENTIDO(S) DO(S) RURAL(IS) CONTEMPORÂNEO(S)?

WHAT IS/ARE THE MEANINGS OF CONTEMPORARY(IES) RURAL(S)?

¿CUÁL ES EL(LOS) SIGNIFICADO(S) DE LO(S) RURALES CONTEMPORÂNEOS?

Tiago Rodrigues MOREIRA¹

Eduardo MARANDOLA JR.²

Resumo: Pensar o rural contemporâneo nos coloca diante de muitos debates e realidades com clivagens, permanências e transformações. Diante de tantas discussões, que perpassam da negação do rural até sua presença no espaço urbano (via ruralidades), este artigo se propõe traçar um itinerário guiado pela pergunta: qual(is) o(s) sentido(s) do(s) rural(is) contemporâneo(s)? A grafia entre singular e plural das palavras na pergunta já denota a natureza das dificuldades de tal reflexão, o que não deve ser impeditivo para sua realização. Selecionamos alguns eixos dessa discussão, visando refletir a partir da experiência e como ela, de maneira situada nos modos de vida (como modos de ser) pode oferecer um caminho necessário para esta importante temática, via a consideração da(s) ruralidade(s).

Palavras-chave: Ruralidade; Modos de Vida; Situacionalidade.

Abstract: To think about the contemporary rural places rises us many debates and realities with cleavages, permanencies and transformations. Facing many discussions, which go beyond the denial of the rural and its presence even in the urban space (as ruralities), this article proposes to outline a script guided by the question: what is/are the meaning(s) of the rural(s) contemporary(ies)? The grammar between singular and plural of the words in the question already denotes the nature of the difficulties of such reflection, which should not be an impediment to its realization. We selected some axes of this discussion, seeking to reflect from the experience and how it, in a way situated in the ways of life (as ways of being) can offer a necessary path for this important theme via consideration of rurality(ies).

Keywords: Rurality. Ways of life. Situationality.

Resumén: Pensar lo rural contemporáneo nos sitúa ante a muchos debates y realidades con escisiones, permanencias y transformaciones. Ante tantas discusiones, que van desde la negación de lo rural hasta su presencia en el espacio urbano (a través de las ruralidades), este artículo se propone trazar un itinerario guiado por la pregunta: ¿cuál(es) es(los) sentido(s) de lo rural (es) contemporáneo(s)? La ortografía entre singular y plural de las palabras de la pregunta ya denota la naturaleza de las dificultades de tal reflexión, lo que no debe ser impedimento para su realización. Seleccionamos algunos ejes de esta discusión, con el objetivo de reflexionar a partir de la experiencia y cómo ella, de manera situada en los modos de vida (como modos de ser) puede ofrecer un camino necesario para este importante tema, a través de la consideración de la ruralidad(es).

Palabras-clave: Ruralidad; modos de vida; situacionalidad.

¹Doutorando em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (IG/Unicamp). Laboratório de Geografia dos Riscos e Resiliência (LAGERR) da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA/Unicamp)

²Professor da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

INTRODUÇÃO

É comum encontrarmos argumentos que apontam para o fim do rural. Nas últimas décadas, não tem faltado defensores que anunciam uma sociedade urbana (na esteira do pensamento de Henry Lefebvre) ou de uma modernização que teria feito os modos de vida rurais sucumbirem à lógica de organização produtiva, cultural e econômica dos espaços urbanos.

No Brasil, isso tomou a forma de diferentes pontos de vista que defendem três posições básicas: a urbanização do campo (também identificada como metropolização do espaço), uma problematização da própria urbanização, defendendo que seríamos menos urbanos do que se pensa (na esteira do questionamento dos critérios de delimitação urbano-rural) e a discussão das medidas de urbanidade e de ruralidade, que constituiriam os espaços para além das separações rígidas entre campo e cidade (MARANDOLA JR.; ARRUDA, 2005).

O próprio conceito de rural é múltiplo e objeto de disputa, variando não apenas entre perspectivas epistemológicas, mas entre disciplinas e contextos geográficos. Nos últimos 30 anos, intensificaram-se estas discussões, no esforço de buscar compreender as transformações no mundo contemporâneo que desestabilizaram os sentidos de urbano e de rural constituídos desde a industrialização, os quais estavam perfeitamente alinhados com, respectivamente, a cidade e o campo. No caso das preocupações com os espaços rurais, os debates em torno da nova ruralidade e do novo rural (também chamado de neo-rural) ganharam força na tentativa de reconhecer não apenas as transformações, mas as permanências da ruralidade em um mundo cada vez mais modernizado e globalizado – ou seja, atravessado pela urbanização.

Duas discussões parecem se atravessar, sem que haja uma evidente distinção entre elas: o futuro do “mundo rural”, que diz respeito diretamente às discussões na esteira do processo de ocupação territorial (no contexto da colonização, da modernização e da fronteira agrícola) e a preocupação com as novas formas de sociabilidade no rural que, enquanto ruralidades, estariam também manifestas e presentes nos espaços urbanos.

Entendemos que, para enfrentar o desafio de compreender o rural e as ruralidades contemporâneas no Brasil, precisamos trilhar as duas sendas e seus entrelaçamentos, o que este texto buscará realizar de maneira preliminar, a partir das seguintes questões diretrizes:

Como o fenômeno da modernização contribui para determinados atravessamentos e mudanças de paradigmas referentes ao rural?

Nesse contexto, apresentam outros modos de ruralidades, sendo assim, cabe aqui, mesmo que previamente, a possibilidade de deslindar seus sentidos.

Como compreender a complexidade do rural contemporâneo?

Estas perguntas orientarão nossa discussão, buscando colher da bibliografia elementos para pensar o(s) sentido(s) do rural (e dos rurais) no Brasil contemporâneo, entendendo que este é um dos desafios não apenas para os estudos rurais, como também dos debates que envolvem as relações campo-cidade e a própria urbanização.

Partimos da pergunta pelo(s) sentido(s) do rural(is), repisando momentos recentes do debate, descrevendo alguns sentidos de rural existentes e como eles se relacionam com as relações urbano-rural para, a seguir, problematizar o papel da técnica na modernização do campo e sua influência na composição de uma nova ruralidade, ou de uma outra prática dos modos de vida.

QUE PODE SER O RURAL?

Wanderley (2011), em “Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil”, apresenta a dimensão estrutural de como o rural fora discutido no Brasil e de como se deu sua permanência frente aos modos de produção baseados no capital e de um mundo mercantilizado. A eminente procura da modernização do rural para atender às demandas do agronegócio cresceram exponencialmente frente à expansão das fronteiras agrícolas.

Caio Prado Júnior (1961), em seu clássico “Formação do Brasil Contemporâneo”, sintetiza o que do modelo de colonização ainda persiste na estrutura da modernização, ou seja, há uma grande procura de olhar para a Europa e de um possível esquecimento de interiorização no Brasil. A partir dessa estrutura da modernização, a visão eurocentrada ainda permanece e corresponde ao movimento de busca por novas áreas de cultivo por Brasil a dentro.

Moraes (2011), em sua análise histórica da Geografia, assume que a procura por recurso mais distante do litoral se deu ainda no período da colonização europeia, como a busca pelas pedras preciosas nas minas, pode ser entendida como uma terceira centúria do processo colonial, que nos ajuda a entender o processo de formação territorial. Pois, nas palavras de Moraes (2001, p.114) “as minas encontravam-se no hinterland, tendo por isso direcionado o fluxo colonizador para áreas mais distantes do litoral”.

A interlândia, nesse sentido, trata de balizar as movimentações de fronteiras internas, fazendo com que o rural fosse visto como possibilidade de recurso e grande liame de retirada de suas permanências (MORAES, 2011).

O historiador Pedro Putoni (2002) também descreveu que o caminho pelos sertões sempre se deu a partir da colonização dos povos e da terra, consolidando um modo de expansão baseado nas colônias.

Sendo assim, há nesse contexto da colonização/modernização uma ideologia geográfica (MORAES, 2002) a partir da colonização. Essa ideologia fica mais evidente quando passamos a registrar os modelos de expansão dos modos de agricultura e agropecuária pelos interiores do Brasil em resposta ao modelo capitalista, criando, desse modo, as frentes de expansão e as frentes agrícolas, como muito bem colocado por Martins (1996).

Martins (1996) salienta a importância da fronteira como possibilidade de manifestação de conflitos, pois:

Na minha interpretação, nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções

de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História. Por isso, a fronteira tem sido cenário de encontros extremamente similares aos de Colombo com os índios da América: as narrativas das testemunhas de hoje, cinco séculos depois, nos falam das mesmas recíprocas visões e concepções do outro. (MARTINS, 1996, p. 27).

A fronteira, então, estabelece e estrutura os modos de se relacionar com os outros. É justamente nessa senda da relação que busco neste texto colocar o rural como ponta de lança. Pois, a partir da relação de alteridade, podemos verificar a posicionalidade do rural frente às mudanças contemporâneas.

Nessa seara das mudanças contemporâneas, uma das características desse momento é o aumento da urbanização e o recuo das populações em áreas rurais. A tabela abaixo extraída do trabalho de Alves, Silva e Marra (2011), a partir dos dados do IBGE, nos mostra os Censos demográficos de 1950-2010, seguindo a lógica do aumento da urbanização e o esvaziamento do rural como uma exponencial busca de uma possível ideologia urbana fundamentada pelo êxodo populacional, ainda mantendo o discurso de que o urbano se caracteriza na fissura do aumento de trabalho e melhores condições de existência.

Os autores destacam que:

Dos 191 milhões de brasileiros, apenas 29,8 milhões estão no meio rural, ou seja, apenas 15,6% da população brasileira. Grande parte dos rurícolas se concentra no Nordeste, 14,3 milhões, 47,8% de todos eles. A segunda região de meio rural mais populoso é o Sudeste, com 5,7 milhões de habitantes, 19,1% do total. O Centro-Oeste é um grande vazio, com 1,6 milhão. O Norte e o Sul – com 4,2 e 4,1 milhões de habitantes respectivamente – praticamente se equivalem, sendo primeiro um grande vazio demográfico, com a população se urbanizando rapidamente, embora tenha se retardado nesse aspecto (ALVES, SILVA; MARRA, 2011, p. 82).

Tabela 1: Número de migrantes de seis períodos, Brasil e regiões, e relação (em %) do número de migrantes para a população rural do ano-base.

Item ⁽¹⁾	Período					
	1950–1960	1960–1970	1970–1980	1980–1991	1991–2000	2000–2010
Brasil						
Migrantes	5.419.055	8.908.981	12.489.278	10.340.087	9.070.981	5.604.627
Migr./pr. base %	16,34	22,85	30,02	26,42	25,17	17,61
Norte						
Migrantes	69.791	95.878	(254.205)	(219.343)	1.024.137	163.278
Migr./pr. base %	4,84	5,08	(10,57)	(6,51)	23,68	4,20
Nordeste						
Migrantes	2.846.062	2.546.393	3.474.871	4.037.359	4.209.048	2.207.535
Migr./pr. base %	21,51	17,27	20,81	23,12	25,18	14,95
Centro-Oeste						
Migrantes	(112.763)	(26.663)	754.664	657.128	458.758	153.867
Migr./pr. base %	(21,51)	(1,58)	33,22	32,00	26,01	9,98

Sudeste						
Migrantes	2.495.498	5.715.661	4.432.268	3.108.978	1.685.673	1.898.952
Migr./pr. base %	21,10	43,16	40,35	34,43	22,44	27,78
Sul						
Migrantes	113.276	549.214	4.058.668	2.744.885	1.693.061	1.178.764
Migr./pr. base %	18,97	7,40	43,88	37,99	29,58	24,64

⁽¹⁾ Migr./pr. base % = relação (%) do número de migrantes para a população rural do ano-base.

Fonte: IBGE (2010)

Essa crescente e remota busca pela homogeneização urbana reflete intimamente nos modos de existir nas relações entre o rural e o urbano. Os costumes se misturam e acarretam séries de mudanças no próprio cotidiano. Há, nesse contexto, os momentos de transição, pois não podemos nos esquecer que o avanço do meio técnico possibilitou uma maior circulação de redes de contatos propiciando, assim, um dinamismo territorial.

Estas e outras preocupações têm alimentado a permanência das inquietações com o rural, como Wanderley (2011) salienta em seu importante estudo avaliativo das tendências mais recentes quanto a este “saber necessário”. Sem percorrer os passos da autora, vamos selecionar alguns momentos que nos permitam refletir a pergunta do subtítulo: que pode ser o rural? Ela nos permite pensar o fenômeno como possibilidade, em direção a suas variações de sentido.

Várias podem ser as respostas para esta questão. A que mais chama atenção é a que o IBGE tenta responder, dizendo que: “rural é a área externa ao perímetro urbano de um distrito, composta por setores nas seguintes situações: rural de extensão urbana, rural povoado, rural núcleo, rural e outros aglomerados, rural exclusive aglomerados” (IBGE, 2002. p. 66).

Nesta definição operacional, cujos fins estão ligados a levantamentos realizados pelo órgão, o rural se assemelha com aquilo que “sobra” das cidades (entendidas como sinônimo de urbano), quase como que seu negativo, como uma extensão que não cabe para a urbanização, Seguindo esse modelo proposto pelo IBGE, tal resposta ao que pode ser o rural não comporta todas as especificidades dele, pois, para além de aglomerados, o rural hoje representa grande parte das relações econômicas e sociais que são retratados no urbano (MEDEIROS et al., 2014).

Doravante, como salienta Wanderley e Favaretto (2013), o rural pode ser a expressão da heterogeneidade, pois,

O rural brasileiro conserva uma expressiva heterogeneidade, a qual se manifesta em escalas diferentes dos grandes subespaços nacionais até à heterogeneidade que se apresenta nas diferentes formas predominantes de propriedade de terra e de organização econômica e social. [...] o vazio institucional que se observa nas formas de regulação territorial do rural brasileiro [...] se explica pelo caráter periférico e residual conferido a estes espaços na trajetória do desenvolvimento do Brasil (WANDERLEY; FAVARETO, 2013. p. 413).

Wanderley (2000), salienta a importância do vivido para a compreensão dos modos de vida de cada indivíduo que ali reside.

Dessa forma, pressupõe a compreensão dos espaços rurais em suas múltiplas dimensões: física (ocupação do território e os seus símbolos), do vivido (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade) (WANDERLEY, 2000, p.70).

Outro elemento que acarreta a diversificação do uso das terras do rural é a pluriatividade que pode ser feita a partir do seu uso. Hoje em dia cresce a prática e a política da conservação da paisagem local, conforme nos mostra Delgado et al (2013, p. 153)

A crescente diversificação das formas de uso da terra nos espaços identificados como rurais passam a concentrar diferentes funções e atividades, incluindo: turismo, serviços diversos, conservação da natureza e das paisagens, produção de energia, exploração mineral, local de moradia para pessoas não vinculadas a atividades agrícolas, entre outras.

Abramovay (2000, p. 3), preocupado com o esvaziamento populacional do rural, formula uma questão que acreditamos ser basilar para este texto: “como definir o meio rural de maneira a levar em conta tanto a sua especificidade (isto é, sem encarar seu desenvolvimento como sinônimo de “urbanização”), como os fatores que determinam sua dinâmica (isto é, sua relação com as cidades)?”.

Nessa esteira, Abramovay defende a dissociação da ideia de urbanização com a de desenvolvimento, o que implicaria um sentido único do campo para a cidade em um projeto de desenvolvimento. O autor aposta nas especificidades de cada região.

Uma relação em que a biodiversidade e a paisagem material aparecem como trunfos e não como obstáculos ao desenvolvimento; uma certa relação com as cidades (de onde vem parte crescente das rendas das populações rurais) e a relação dos habitantes entre si (que pode ser definida pela economia de proximidade, por um conjunto de laços sociais que valorizam as relações diretas de interconhecimento): essas características oferecem perspectivas promissoras ao processo de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2003, p. 13).

Outro ponto a ser detalhado remete ao vazio institucional do rural: poucos são os rurais que conseguem ter algum partido em suas políticas. Com o avanço dos grandes latifundiários, os pequenos produtores locais perderam força e acabaram tendo que se submeter ao convívio com as grandes máquinas. Conforme já sinalizaram Wanderley e Favareto (2013, p. 416), “as formas de regulação territorial do rural brasileiro caracterizam-se pelo vazio institucional, fator que se explica pelo caráter periférico e residual conferido a estes espaços nas estratégias e na ideologia do desenvolvimento”. Desse modo, Favareto e Abramovay (2009) levantaram algumas questões importantes possibilitar a maior inserção de algumas regiões rurais mais pobres, a saber:

- a) transferências privadas decorrentes do trabalho tanto na venda de mercadorias como no assalariamento agrícola sazonal sendo nítida a tendência de que os 18 Revista Rural & Urbano, Recife. v. 02, n. 02, p. 02-25, 2017 indivíduos migrem de maneira provisória, gastando o dinheiro que ganharam em suas regiões de origem;
- b) incentivos ao aumento da produção vinculados às compras públicas;
- c) diversificação das economias rurais e o trabalho industrial em pequenos municípios parece acentuarem-se com a transferência (localizada, é verdade) de indústrias antes concentradas no Sudeste ou com o fortalecimento de indústrias tradicionais locais na área de têxteis e de calçados;
- d) a ampliação do público do Pronaf;
- e) as infraestruturas e a prestação de serviços públicos no Brasil interiorano ainda se encontram em situação precária, mas é inegável o avanço, sobretudo em educação, saúde e

telecomunicações, com a ampliação do acesso à energia elétrica, à generalização do uso da internet e do celular; é importante mencionar também o aumento da mobilidade espacial (FAVARETO; ABRAMOVAY, 2009, p. 25).

A partir dessa abertura do rural, propiciada pelos estudiosos da área, na Geografia também houve alguns movimentos de reordenação do rural a partir da relação campo-cidade e urbano-rural. Como foi o caso do estudo levantado por Marandola Jr. e Arruda (2005), referente aos sentidos da ruralidade e urbanidade na relação campo-cidade. Também, Albarello (2017) estabeleceu diálogos sobre a dicotomização do rural e o urbano a partir das urbanidades, desse modo,

Convencionou-se na Geografia, durante muito tempo, definir o rural como campo e o urbano como cidade. Essa forma de pensar está associada a dicotomia que durante muito tempo serviu de parâmetro para a explicação da realidade concreta. A concepção dicotômica entre campo e cidade está vinculada ao pressuposto teórico que considera a produção do espaço urbano, ou seja, da cidade, e a produção do espaço rural, como processos distintos, que de fato não são (ALBARELLO, 2017, p. 04).

Sendo assim, notamos que este repertório de sentidos atribuídos ao rural podem se manifestar enquanto uma pluralidade de sentidos. Como afirma Veiga (2005), todo o debate em voga sobre o rural seguiu um itinerário baseado na evolução da realidade social e econômica dos países de centrais. Todavia, o rural pode ser “definido pelas suas características próprias, como o oposto do urbano, numa visão dualista de tipos ideais, cedo viu, porém, o seu valor explicativo posto em causa na análise da mudança social” (VEIGA, 2005, p. 9).

Essa mudança social levantada por Veiga (2005), abre margens para pensarmos que o rural possa ser instaurado a partir da evolução no sistema capitalista da modernização, como salienta Kageyama (2008, p. 24), “a evolução do conceito de rural reflete a própria evolução do rural, de espaço quase exclusivamente agrícola para um tecido econômico e social diversificado”. Porém, ao levantarmos essa questão, temos que tomar cuidado para que o mesmo não recaia na ingenuidade do conceito. Construindo, assim, suas bases a partir da economia e da modernização, o rural como o pensamos pode ser isso, mas não apenas. Ou seja, o rural aqui deslindado remete à possibilidade de modos de ser.

Como veremos adiante, por mais que o rural seja considerado esse espaço diverso e heterogêneo, como fazer para que ele não permaneça na dependência do Estado e refém da economia regente? Como que, por meio da técnica e da informação, conseguimos manter a diversidade do rural sem deixá-lo cair em uma homogeneização urbana?

A TÉCNICA E SUAS VISCOSIDADES RURAL BRASILEIRO

Ao dedicarmos nossa atenção sobre o rural, é possível notar que os modos de uso da modernização, foram fundamentais para o que temos hoje de sentidos do rural. O aporte tecnológico arquitetado para o rural desembocou numa vertente do rural industrial e competitivo, fazendo com que a mão de obra humana entrasse em desuso.

As novas tecnologias propiciaram o que Gilberto Freyre (1982) chamou de rururbano, ou seja, o que ainda não deixou de ser rural e que ainda não é urbano. A partir dessa virada, tal modos de usos da modernização foram difundidas e alaistradas por pesquisadores, quem mais se dedicou a alertarmos sobre essa onda foi o geógrafo Milton Santos, principalmente a partir da publicação em 1980 de sua obra “Espaço e método”. Desde então, tal conceito, arquitetado pelos modos de produção, vislumbra demonstrar como o meio natural se modernizou dando lugar para o meio técnico-científico-informacional.

Santos e Silveira (2001), na obra “O Brasil: território e sociedade no início do século XXI”, afirmam que, devido ao compasso avançado da modernização, houve uma evolução do meio natural para o meio técnico e depois para o meio técnico-científico-informacional, o que demarca transformações pautadas na modernização técnica, que nos deixa à mercê dos equipamentos técnicos. Estes modificam de tal forma os territórios que permeiam os seus usos e significados.

Trata-se de um movimento explicitamente vinculado ao sistema capitalista e à sua lógica de produção e de acumulação, pautado no desenvolvimento técnico e científico que visa a constituição de um sistema global respondendo sempre a um mercado, pois,

o mercado: graças exatamente à ciência, à técnica e à informação, torna-se um mercado global. O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das idéias e informações, das ordens, dos homens. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 52-53).

Com esses novos conteúdos técnicos e científicos advindos da mundialização, o campo e o rural passam por determinadas mudanças, fazendo com que as rugosidades vão deixando de ter força e dando espaço para a linearidade, pois, a respeito disso, Santos (1994) afirma que:

Campo e cidade se subordinam de modo diverso às novas exigências. O campo pode adaptar-se mais rapidamente às mudanças de uso, segundo os produtos, desde que haja recursos de capital e inteligência (SANTOS, 1994, p.78).

[...]

Durante muito tempo se escreveu, no caso brasileiro, ser o campo hostil ao capital, um obstáculo à sua difusão, mas o que vemos é o contrário, um campo que acolhe o capital novo e o difunde rapidamente com tudo o que ele acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, novas formas ocupacionais, que aí rapidamente se instalam (SANTOS, 1994, p. 142).

Desse modo, muitas das atividades que eram desenvolvidas no rural foram tomando outros rumos devido à naturalização do urbano no rural. Ou seja, uma aproximação ocorre entre o urbano e o rural, como coloca Wanderley (2001). A autora insiste que

as particularidades de cada um não são anuladas, ao contrário são a fonte da integração e da cooperação, tanto quanto das tensões e dos conflitos. O que resulta desta aproximação não é a diluição de um dos pólos do continuum, mas a configuração de uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos que, sob muitos aspectos, reitera e viabiliza as particularidades (WANDERLEY, 2001, p. 33).

Por outro lado, Veiga (2004) assume a característica de que o urbano não deva se amalgamar com o rural, pois cada um possui uma especificidade. O que acontece é que, devido aos diferentes nuances do rural, ele tende a querer acompanhar o ritmo urbano, embora, como levantado por Veiga (2004, p. 26) a temporalidade seja outra,

são bem diversas as combinações entre os vários tipos de atividade econômica que permitem elevar os níveis de renda, educação e saúde de muitas populações rurais. As novas fontes de crescimento das áreas rurais são principalmente ligadas a peculiaridades dos patrimônios natural e cultural, o que só reafirma o contraste entre os contextos ambientais dos espaços urbanos e rurais. Enfim, a divisão de uma inelutável marcha para a urbanização como única via de desenvolvimento só pode ser considerada plausível por quem desconhece a imensa diversidade que caracteriza as relações entre espaços rurais e urbanos dos países que mais se desenvolveram. Não faz sentido, portanto, amalgamar desenvolvimento e urbanização.

Henry Mendras, sociólogo francês, tende a assumir que não existe oposição entre o rural e urbano, ou seja, o rururbano levantado por Freyre (1982) reverbera essa ideia de que tanto rural quanto o urbano estabelecem os modos de partilhamento de cultura, economia, crenças e tradições. Mendras (1969, p. 36) assume que

os citadinos e os rurais foram, em certos aspectos, uma única sociedade. Têm em comum uma mesma cultura, pois partilham das mesmas crenças e das mesmas contradições. Participam de um mesmo mercado econômico, no qual trocam os produtos de suas atividades complementares. Por outro lado, não estão as cidades povoadas com gente proveniente do meio rural? [...] o problema pode ser encarado sob um mesmo aspecto diverso: o de existir em toda a sociedade nacional, do ponto de vista estrutural, uma divisão em dois ambientes culturais distintos – o ambiente urbano e o rural.

Williams (1989), em sua clássica obra “O Campo e a Cidade na História e na Literatura”, já remonta a certa sistematização do rural e do urbano, com suas determinadas funções. Para o autor,

a imagem comum do campo é agora uma imagem do passado, e a imagem comum da cidade, uma imagem do futuro. Se as isolarmos deste modo, fica faltando o presente. A ideia do campo tende à tradição, aos costumes humanos e naturais. A ideia da cidade tende ao progresso, à modernização, ao desenvolvimento. Assim, num presente vivenciado enquanto tensão, usamos o contraste entre campo e cidade para ratificar uma divisão e um conflito de impulsos ainda não resolvidos, que talvez fosse melhor encarar em seus próprios termos. (WILLIAMS, 1989, p. 397).

Eis o desafio contemporâneo: circunscrever a ruralidade a partir dos dinamismos e dos movimentos em que estamos situados, não reverberando hipóteses que correspondem ao modelo hegemônico da mundialização, em que o rural concentra a porta para o desenvolvimento e o urbano está pronto para recebê-lo. Que o rural está lá distante do urbano, e que, com as novas tecnologias, o rural se urbaniza.

Tal prerrogativa abre caminhos para os modos de vida rural nos espaços urbanos, aqueles que fogem dos limites e fronteiras esboçados e determinados pela legislação vigente. A ruralidade em espaços não rurais carrega consigo a temporalidade, a história e o cotidiano de quem ali vive.

O cultivo dos quintais nas residências urbanas corrobora para pensarmos nessa proximidade com o rural. A ruralidade exercida pelo cultivo vai desde o regar a horta comunitária até o colher a hortaliça. O uso dos fundos de vales são lugares de excelência para o cultivo, muitos deles

estão concentrados nas redondezas do urbano. Ou seja, os modos de vida de cultivo de planta, colheita e cuidado estão nítidos nos ambientes urbanos.

Outro exemplo de ruralidade, é o uso comum dessas áreas de sombras para comemorações de churrasco no final de semana e encontro com amigos, tudo isso, reverbera o limiar do rural por via da ruralidade e dos modos de vida. Chamamos atenção para estes fenômenos que estão ao nosso alcance. Sendo assim, temos que nos ater a essas dimensões que são geradas a partir do saber situado, a partir das experiências das ruralidades em relação com a urbanidade.

Rua (2020, p. 213) esboça a importância de pensar as urbanidades e as ruralidades, “considerando-as em uma abordagem que recompõe a totalidade do espaço (urbano + rural)”. Desse modo, similarmente, colocamos em debate as ruralidades no escopo das urbanidades. Como tais modos de vida se relacionam nos interstícios da vida cotidiana urbana.

A partir dessas transformações e movimentos relacionados às ruralidades e urbanidades, Martins e Souza (2010, p. 37) apontam que a partir das “construções espaciais, nas grafias socioespaciais, existem determinados modos de produzir, consumir e pensar os espaços de vivência”.

Desse modo, Rua (2005; 2006; 2020) promove a clivagem dos pressupostos teóricos para fundamentar a existência da não representação do rural enquanto um fenômeno a ser rotulado. Além disso, o autor pretende “reforçar a idéia de diversidade territorial, nas áreas rurais, fruto de desigualdades e diferenciações que não cessam de se manifestar” (RUA, 2005, p. 61).

Repensar as ruralidades (e urbanidades) enquanto modos de ser é o que nos convoca a demorar. Todo esse arranjo que elencamos nos mostra a complexidade que temos em trabalhar com um fenômeno tão efervescente e pulsante que é o rural. Mesmo com todas essas informações de que o rural esteja se urbanizando, fugimos de tais premissas, mesmo porque a nossa leitura é de que o rural se manifeste em relação com a situação, e que o que virá é a situacionalidade de rural a partir da ruralidade e dos modos de vida.

O RURAL NO LIMIAR DA RURALIDADE E DOS MODOS DE VIDA

A discussão da ruralidade parece importante para que o debate acerca do futuro do rural e do(s) sentido(s) do rural contemporâneo não se limitem à substancialização oferecida por quadros macroestruturais que o circunscrevem a partir do desenvolvimento que possui uma direção clara: em direção ao urbano e ao global. Ruralidades (e urbanidades) adicionam o modo de vida como modos de existência, ou seja, expressão de uma geograficidade que se territorializa e se lugariza em diferentes contextos espaciais. Assim, pensar o rural atualmente, para além de sua relação direta com o campo, parece demandar uma “leitura geográfica da espacialidade e da geograficidade humana” (MARANDOLA JR.; ARRUDA, 2005, p. 36), o que implica compreender que os sentidos do rural se manifestam a partir das suas situacionalidades.

Esta perspectiva nos provoca a pensar as emergências, ou seja, as manifestações de ruralidades em seus múltiplos sentidos. Trata-se de partir da proximidade, de uma relação de horizontalidade, ou seja, colocar o problema na fissura da emergência, buscando enfrentar o desterramento promovido pelas instituições da Modernidade que lançam nossa existência em réplicas representacionais de uma existência banal (MARANDOLA JR., 2020).

Daí nosso interesse pelos modos de vida e pela ruralidade, pois ambos fenômenos se relacionam a partir do cotidiano expresso nas situações. Mesmo com o avanço da modernização no rural, a ruralidade conduzida pelos modos de vida não deixou de existir. A permanência e insistência da temporalidade, da historicidade e da geograficidade se manifestam nele.

Já há algum tempo, desde que Antônio Candido (2017), em sua clássica obra “Os parceiros do Rio Bonito”, sinalizou para uma postura de resposta às necessidades do povo campestre pela via da socialização da natureza, ou seja, o processo de “transformação da natureza em cultura” (PINTO, 2019, p. 78), uma reação advinda da modernização do rural, também colocado por Ferreira (2002) e Alentejano (2000), nos leva a pensar que a adoção pelos modos de vida é a possibilidade de refletir como que a modernização se insere no cotidiano rural.

Wanderley (2000) sinaliza a escolha por um modo de vida que é apresentado enquanto forma de existir.

O processo de “modernização rural”, como foi visto, é extremamente complexo e não pode ser entendido simplesmente como o “fim da agricultura” ou o “fim do rural”. A modernização da sociedade nos espaços locais/rurais tem como fundamento a crescente “paridade social”, isto é, a similitude entre as condições de vida das populações que vivem nas cidades e no meio rural e a também crescente disponibilidade, no meio rural, daquilo que ainda é definido como o padrão de “conforto urbano”. O meio rural espelha hoje o perfil social de cada uma das sociedades modernas avançadas, nele predominando, conforme o caso, a classe média, os operários, ou ainda certas categorias especiais, tais como os aposentados. Se as relações com a vida urbana não permitem que se fale mais em situações de isolamento e oposição, parece evidente que a residência no meio rural expressa cada vez mais uma escolha que não é outra senão, como afirma Mendras, uma escolha por um certo modo de vida (WANDERLEY, 2000, p. 142).

Estamos longe de colocar o rural próximo da agropecuária moderna, haja vista que, como vimos, existem certas prioridades no seio desse rural. Como salientam Companhia e Silva (2000), a procura por um “novo espaço rural brasileiro”. Essa criação determina quem irá poder morar no rural e desempenhar um papel de habitante. Será que a fetichização do rural gourmet, aquele que é feito apenas para férias, turismo e lazer, corrobora para fortalecer novos horizontes dos modos de vida da ruralidade?

Manoel Correia de Andrade aponta que o avanço das novas tecnologias, o desenvolvimento do capitalismo e a facilidade de transporte, fez com que “as pessoas de nível de renda mais elevado que vivem na cidade, passaram a adquirir terras nas proximidades da mesma, fazendo o que se chama no Nordeste de granjas e no Sudeste de sítios e de chácaras” (ANDRADE, 2010, p. 12).

Essas novas ruralidades propõem outras experiências que não carece de fita métrica para julgamento de quem é mais rural, ou quem possui uma ruralidade maior que outra. O que estamos colocando em xeque é justamente até que ponto o rural ou essa nova ruralidade vai aguentar e sustentar esse rótulo? Francois Ascher (1998) em “Metápolis” constrói uma narrativa por meio da emergência de uma outra forma urbana, ou seja, uma urbanidade que esteja ligada às novas dinâmicas territoriais. Que o urbano não se define pela urbanidade e sim pelos modos de ser, a partir do próprio tecido vivido pelos modos de vida, para além das antigas separações entre campo e cidade. O urbano e rural estariam amalgamados nesta nova forma metapolitana.

A temporalidade da ruralidade é outra, se baseia em um conteúdo utilitário, uma modernização de cunho homogeneizante, o perfil etário que quem reside nos rurais são outros, pequena parcela da juventude se aventura a permanecer no rural, ou quando permanece logo se sente atraído pela cidade.

Damos credibilidade para a potência da experiência, a nervura da existência que corrobora para com as nossas inquietações, pois, são a partir delas que damos sentido aos nossos atos e ações. Por isso, pensando nas questões que nos mobilizaram até aqui, acreditamos que as três se intercalam e se respondem por meio da experiência que é promovida a partir de situações. Tanto no sentido da modernização que corresponde ao próprio modo de vida, por ser vivido e correspondente a historicidade, quanto na constituição de outros modos de ruralidades que são experienciados a partir dos modos de vida, e no aspecto da complexidade, pois o rural enquanto um fenômeno se relaciona de modo complexo por entre as viscosidades do cotidiano.

Correspondente a essa postura de encontro e escuta com as fenomenalidades do rural, Carlos Rodrigues Brandão, em seus contundentes escritos, relaciona o rural mediante a experiência vivida, principalmente em “A partilha da vida”. O autor nos orienta a pensar mediante a sensibilidade da experiência, pois para ele “não me interessa, por exemplo, a lógica formal das relações produtivas do grupo doméstico camponês, mas, antes, os feixes de sentidos e sensibilidades que, a meu ver, realizam o lado de alma das vidas e trocas entre as pessoas, entre elas e seus mundos, entre eles e os seus símbolos” (BRANDÃO, 1995, p. 28).

Desse modo, somos levados a refletir nos sentidos do rural permeados pelos modos de vida e pelas ruralidades que fogem dos limites fronteiriços daquilo que se diz ser rural. Pois o que mais corrobora com o nosso intuito é situar o rural na fissura da abertura e da proximidade com a Terra, dessa relação orgânica e visceral da qual somos constituídos (DARDEL, 2011). Estabelecer laços horizontais e íntimos com a Terra é partir da própria geograficidade ou da manifestação do geográfico em modos de vida. Com isso, encaminhamos para que essa pergunta dos sentidos do rural nunca se esgote, pois ela, fundamentada pela experiência, não poderá se fechar.

Ainda com Brandão, fechamos esse texto, pois, como ele, acreditamos nessa viscosidade do rural e de suas manifestações plurais e diversas, correspondendo sempre a

teias, tramas, redes e mapas dos mais diversos cenários e contextos culturais, com que atribuímos um ou vários sentidos aos espaços de vidas que geramos. E também aos mundos sociais que criamos, destruimos e recriamos, socializando porções de uma natureza intensionada transformada em fragmentos e sistemas de cultura. A mesma cultura que nos toma como indivíduos biológicos (seres da natureza) e nos transforma em pessoas sociais (sujeitos de uma cultura). (BRANDÃO, 2009, p. 17).

[...]

Encarregado o mundo ruim é o mundo que se descampesina, que perde esse ethos, essa identidade, essa ética.” (BRANDÃO, 2004, p. 127)

Diante do feixe de sentidos em que o rural se circunscreve, não cabe a nós definirmos um apenas e, sim, deixar que o mesmo se manifeste em suas singularidades. Encaminhando, assim, sobre o prisma da ruralidade e dos modos de vida, no refletir sobre o rural contemporâneo é basilar que partamos das situações, e assim sendo, descrevendo as relações a partir da existência. Desse modo, atentos às particularidades do rural contemporâneo, assuntos como sexualidade, raça, gênero, diversidade cultural estão no cerne dessa discussão, pois são nada mais que modos de vida encarnados no rural e promovidos pela ruralidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro, janeiro de 2000.
- ABRAMOVAY, Ricardo. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- ALBARELLO, Ezequiel Plinio. A dicotomia entre o rural e o urbano a urbanização do território. Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 2017.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto. O que há de novo no rural brasileiro? Terra Livre, n. 15, São Paulo, 2000.
- ANDRADE, Manuel Correia. Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. Campo-território: revista de geografia agrária, v. 5, n. 9, p. 5-17, fev., 2010.
- ASCHER, François. Metápolis: acerca do futuro da cidade. Oeiras: Celta Editora, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A partilha da vida. São Paulo: Geic; Cabral, 1995.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. De tão longe eu venho vindo: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás. Goiânia: Editora da UFGO, 2004.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. No rancho fundo: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: Edufu, 2009.
- COMPANHOLA, Cleyton; SILVA, José Graziano. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 17, n. 1, p. 11-40, jan./abr. 2000.
- DARDEL, Éric. O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.
- DELGADO, Nelson. Concepções de Ruralidade e Políticas Públicas na América Latina e na Europa: análise comparativa de países selecionados. In: MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel. Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras / (Organizadores da Série) -- Brasília: IICA, 2013.
- FAVARETO, Arilson; ABRAMOVAY, Ricardo. O surpreendente desempenho do Brasil rural nos anos 1990. Rimisp, Programa Dinámicas Territoriales Rurales. 2009.
- FREYRE, Gilberto. – Rurbanização: O que é?. Recife, Editora Massangana, 1982.
- IBGE. Censo demográfico 2000: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2002. CD-ROM.
- IBGE. Censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. 2010.
- KAGEYAMA, Angela A. (Org.). Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.
- MARANDOLA JR., Eduardo. “O erro de Heidegger”: do Estado-nação ao lugar como habitar poético GeoTextos, vol. 16, n. 2, 2020.
- MARANDOLA JR., Eduardo; ARRUDA, Zuleika A. Urbanidade e ruralidade no Brasil e as redefinições entre campo e cidade. Boletim de Geografia, v. 23, n. 1, p. 24-38, 2005.
- MARTINS, Geraldo Inácio; SOUZA, Angela Fagna Gomes de. A relação campo e cidade: novas urbanidades e ruralidades, definições e (re) definições. Caminhos de Geografia Uberlândia v. 11, n. 36, 2010.
- MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, 8(1): 25-70, 1996.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de; QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana; ZIMMERMANN, Sílvia Aparecida. Rural e urbano no Brasil: marcos legais e estratégias políticas. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 4, n. 1, 2014.

- MENDRAS, Henry. A cidade e o campo, em QUEIROZ, M.I. P (Org.). Sociologia Rural. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- MENDRAS, Henry. A cidade e o campo, In: em QUEIROZ, M.I. P (Org.), Sociologia Rural. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- MESQUITA, A.P; MENDES, E.P.P. Valores rurais em vidas urbanas: a relação com o lugar no Distrito de Pires Belo, Município de Catalão (GO). Centro de Estudo de Geografia do Trabalho - XII JORNADA DO TRABALHO 2011.
- MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel. Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras. Brasília, IICA, 2013, pp. 413-472.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. Ideologias geográficas. São Paulo: Hucitec, 2002.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia Histórica do Brasil: Capitalismo, território e periferia, São Paulo: Ed. Annablume, 2011.
- PRADO JR., Caio Prado. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 6ª. Edição, 1961.
- PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo, HUCITEC, Edusp, Fapesp, 2002.
- RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. Revista da ANPEGE, Fortaleza, n. 2, ano 2, p. 45-66, 45-66, 2005.
- RUA, João. Relações cidade-campo e urbano-rurais: rerepresentando as urbanidades no rural como elementos constitutivos do espaço em metropolização. GEOgraphia, vol: 22, n.48, 2020.
- RUA, João. Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades. Campo e Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v.1, n.1, p.82-106, fev. 2006.
- SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1980.
- SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo, Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.
- SILVA, José Graziano. O novo rural brasileiro. Campinas, SP: UNICAMP - IE, 1999.
- VEIGA, J. E. et al. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília, Nead/MDA, 2001.
- VEIGA, José Eli da. A dimensão rural do Brasil. Estudos Sociedade e Agricultura. Nº 22. Rio de Janeiro. 2004.
- VEIGA, José Eli da. A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- VEIGA, José Eli da. Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2002. 304p.
- VEIGA, José Eli. Nem tudo é urbano. Cienc, Cult, vol.56, n.2, 2004.
- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, n. 15, CPDA/ UFRRJ, 2000.
- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 17, nº 1, 2009.
- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2011
- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel; FAVARETO, Arilson. A singularidade do rural brasileiro: implicações para tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. Parte 3, Pag. 413 a 473. In: 25 Revista Rural & Urbano, Recife. v. 02, n. 02, p. 02-25, 2017.
- WILLIAMS, Raymond. O Campo e a Cidade na História e na Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.